

AGROECOLOGIA E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS EM CAMPO DO MEIO – MG

AGROECOLOGY AND PEASANT TERRITORIALITIES IN CAMPO DO MEIO – THE STATE OF MINAS GERAIS

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Instituto de Ciências da Natureza (ICN), Alfenas, MG,
Brasil
estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Leonardo Lencioni Mattos Santos

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Instituto de Ciências da Natureza (ICN), Alfenas, MG,
Brasil
leolencioni@gmail.com

Rodrigo de Paulo Silva

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Instituto de Ciências da Natureza (ICN), Alfenas, MG,
Brasil
contato.topografiarps@gmail.com

Isabelle Medeiros de Freitas

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Instituto de Ciências da Natureza (ICN), Alfenas, MG,
Brasil
lisabellemedeiros@gmail.com

Resumo

Nesse trabalho é feita uma discussão sobre a luta pela reforma agrária em Campo do Meio, no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, tendo o conceito de território, e mais especificamente a territorialidade, como lentes de análise. A importância desse tema reside no fato de que Campo do Meio possui um dos mais expressivos conflitos pela terra no Brasil atual, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e empresas vinculadas à Usina Ariadnópolis. Analisar as dinâmicas territoriais atinentes aos acampamentos e assentamentos rurais pode contribuir com a leitura sobre a possibilidade de a reforma agrária criar alternativas ao modelo do agronegócio canavieiro. Compuseram os procedimentos metodológicos: i) levantamento bibliográfico e documental; ii) trabalhos de campo em áreas de produção ou comercialização agroecológica coordenadas pelo MST e; iii) uso do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) e do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a interpretação da Questão Agrária no Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Conclui-se que nos acampamentos e assentamentos coordenados pelo MST têm sido desenvolvidas territorialidades agroecológicas, o que demonstra o potencial da reforma agrária em contribuir para a soberania alimentar em âmbito regional.

Palavras-chave: territorialidades; reforma agrária; Agroecologia; Campo do Meio.

Abstract

This paper discusses the struggle for land reform in Campo do Meio, in the South/South-West of the state of Minas Gerais, Brazil. The concept of territory, and more specifically territoriality, is used as the analytical lens. This case is important given that Campo do Meio has one of the most significant conflict over land in Brazil today, involving the Landless Workers Movement (MST) and companies linked to the Ariadnópolis Sugarcane Company. Analyzing the territorial dynamics related to rural encampments and settlements has the potential to further contribute towards our understanding of agrarian reform's potential to create alternatives to the sugarcane agribusiness model. The methodological procedures comprised of: i) bibliographic and documentary survey; ii) fieldwork in MST's agroecological production and marketing areas; and iii) the Struggle for the Land Database (DATALUTA) and the Automatic Recovery System (SIDRA) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the interpretation of the Agrarian Question in the South/South-West of Minas Gerais. We find that in the encampments and settlements coordinated by MST agroecological territorialities have been developed, which demonstrates agrarian reform's potential towards fostering food sovereignty at the regional level.

Keywords: territorialities; agrarian reform; Agroecology; Campo do Meio.

Introdução

Esse artigo traz resultados de ações de pesquisa e extensão que os autores têm desenvolvido por meio do projeto “Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) – Sul de Minas Gerais”. Esse projeto está em vigor desde agosto de 2018, quando o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), vinculado ao Instituto de Ciências da Natureza (ICN), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) passou a integrar a Rede DATALUTA, coletivo do pensamento que possui representantes de todas as macrorregiões brasileiras. Dentre as atividades que caracterizam a participação do GERES na Rede DATALUTA constam o levantamento de dados e informações sobre a Questão Agrária no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, assim como o acompanhamento de ações de resistência em acampamentos e assentamentos da região que se expressam, dentre outros, por meio da Agroecologia. Como parte dessas atividades têm sido produzidos relatórios de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, artigos para anais de eventos científicos e periódicos, além da

criação e fomento de canais de comercialização de produtos agroecológicos gerados por acampados e assentados.

Para efeito desse trabalho optamos por destacar uma das principais conclusões a que chegamos em nossas ações de pesquisa e extensão no Sul/Sudoeste de Minas Gerais: o desenvolvimento de práticas agroecológicas em acampamentos e assentamentos rurais através do incentivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem funcionado como alternativa à hegemonia que o agronegócio exerce sobre as terras agricultáveis da região, especialmente por meio da cana-de-açúcar e do café. Partindo do princípio de que a territorialidade vai além do processo de construção dos territórios, estando atrelada também ao seu uso, manutenção e controle (ELDEN, 2019; SASSEN, 2006), destacamos que, por meio da Agroecologia, os camponeses acampados e assentados de Campo do Meio têm criado diferentes relações sociais quando comparados ao agronegócio. No caso dos acampamentos, essas territorialidades indicam de modo mais enfático o processo de construção do território, ao passo que nos assentamentos, elas possuem relação com o controle e manutenção da terra.

O trabalho possui quatro partes. Na primeira, é apresentada a metodologia adotada para a confecção do texto, considerando a relação dela com as ações de pesquisa e extensão supracitadas. Na segunda, consta uma leitura sobre territórios e territorialidades enquanto lentes teóricas para a análise da produção de contra-hegemonias por meio da Agroecologia. Considerando a relação entre a produção dos territórios e as temporalidades, na terceira parte é feita uma apresentação dos principais processos históricos da luta pela terra no Sul/Sudoeste de Minas Gerais com ênfase no município de Campo do Meio. Na quarta parte, é dado um enfoque ao desenvolvimento de práticas agroecológicas como parte da territorialidade camponesa em contraposição ao modelo do agronegócio no Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Destacamos, especialmente, projetos desenvolvidos em caráter coletivo por acampados e assentados vinculados à Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA) e o viveiro do conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande.

Metodologia

O presente trabalho está estruturado numa perspectiva mista entre procedimentos quantitativos e qualitativos. Fizemos essa escolha por concordarmos com Morgan (2018) quanto ao fato de que a complexidade do momento atual abre possibilidades para que os estudos acadêmicos trabalhem com “fronteiras embaçadas” entre os aspectos qualitativos e quantitativos da realidade. Ou seja, trabalhamos com a ideia de que elementos como a sistematização de dados e informações e a descrição densa de processos sociais são de fundamental importância para darmos conta de dialogar com os temas elencados para esse texto. Também destacamos que o envolvimento entre a equipe que elaborou esse trabalho e grupos de camponeses do Sul/Sudoeste de Minas Gerais qualifica o texto como resultado de uma “pesquisa participante” (BRANDÃO; BORGES, 2007). Feitos esses esclarecimentos, destacamos a observância dos seguintes procedimentos de pesquisa para a elaboração desse texto:

- i) Levantamento bibliográfico e documental: foram consultados e fichados dezenas de trabalhos acadêmicos e documentos institucionais sobre os temas pesquisados para o desenvolvimento desse texto, especialmente os seguintes: territórios, territorialidades, luta pela terra, assentamentos rurais, Agroecologia e Questão Agrária. Os trabalhos acadêmicos se dividiram em livros, teses, dissertações, artigos de periódicos e anais de eventos científicos. Os documentos foram produzidos por órgãos vinculados ao Poder Público ou a movimentos socioterritoriais relacionados à Questão Agrária no Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Posteriormente, esses trabalhos foram organizados no *software* de referenciamento bibliográfico Mendeley, onde pudemos analisar quais deles deveriam ser inseridos na redação final;
- ii) Trabalhos de campo divididos em: a) 3 visitas a acampamentos e assentamentos rurais localizados no município de Campo do Meio; b) estabelecimento de contato semanal com acampados e assentados que participam como comerciantes da Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas (FACA) e da Feira Agroecológica e Cultura da UNIFAL-MG (FACU), ambas em Alfenas; c) acompanhamento de manifestações realizadas pelos acampados na cidade de Campo do Meio; d) participação na Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte sobre a tentativa de despejo dos acampados. Relacionando essas

experiências com o trabalho aqui apresentado, foram realizadas dezenas de conversas informais com técnicos agrícolas e camponeses que produzem e comercializam sob o viés da Agroecologia ou que se encontram em transição agroecológica. Além disso, efetuamos duas entrevistas semiestruturadas com lideranças do MST que têm acompanhado o processo de transição agroecológica nas áreas estudadas. Essa etapa da pesquisa foi de fundamental importância para a produção de dados qualitativos;

iii) Sistematização de dados secundários: como uma das principais atividades da Rede DATALUTA é o levantamento e organização de dados sobre a Questão Agrária, nos munimos do banco de dados desse coletivo do pensamento para abordarmos processos no Sul/Sudoeste de Minas Gerais como movimentos socioterritoriais, ocupações de terras, manifestações e assentamentos rurais. Além do DATALUTA também recorreremos a dados contidos no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Agroecologia como expressão da territorialidade camponesa

A Agroecologia, aqui entendida como uma ciência, prática e movimento (WEZEL *et al.*, 2009), constitui-se como uma racionalidade diferente da que tem sido constituída pelo crescente controle corporativo que se manifesta no agronegócio (McMICHAEL, 2014). Como destacado por Giraldo e Rosset (2018), ela é dotada de dimensões materiais e imateriais, sendo uma importante estratégia do campesinato na manutenção do seu modo de vida e trabalho. Isso fica evidente, por exemplo, na declaração final do Encontro Continental Americano de Formadores em Agroecologia na La Via Campesina (*American Continental Encounter of Agroecology Trainers in La Via Campesina*): “[...] nós dizemos que a Agroecologia é nossa e ela não está à venda” (LA VIA CAMPESINA, 2011, não paginado, tradução nossa). Sob tal perspectiva, a Agroecologia vai além de métodos sustentáveis de produção como o uso de caldas e biofertilizantes, o desenvolvimento de agroflorestas ou então, o pastoreio de gado por meio do sistema de pastoreio *voisin*¹. Por mais que tais técnicas sejam importantes na busca pela superação do modelo do agronegócio, acreditamos que a Agroecologia emerge como um paradigma mais amplo, pois assume também uma concepção ontológica, que dentre outros, visa reestabelecer a

conexão entre a sociedade e a natureza por meio do processo de alimentação. Enquanto a produção orgânica se baseia em mecanismos de certificação com centralidade nos aspectos técnicos e práticos, a Agroecologia é também uma expressão dos camponeses na busca pela manutenção do seu modo de vida e produção.

Assim, considerando a Agroecologia como uma construção estratégica do campesinato na disputa contra o agronegócio pela orientação do modelo de desenvolvimento do campo, nos valem da abordagem geográfica sobre os territórios para caracterizar a produção de territorialidades agroecológicas por parte dos camponeses do Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Sobre a importância dessa opção teórica recorreremos à explicação de Fernandes (2009, p. 201):

As políticas neoliberais influenciaram nas disputas e resignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de dominação, o que provocou reações de resistência. Nas cidades, nos campos, nas florestas, entre campo e cidade, entre nações e povos em um país, a partir de diferentes relações sociais e políticas, os territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades.

O território é formado à partir de diferentes práticas sociais expressas no espaço geográfico (FERNANDES, 2005). Ou seja, sempre que remetemos ao território estamos enfatizando uma construção social com caráter histórico e relacional, multiforme e multidimensional, que se dá por meio do uso e apropriação do espaço geográfico efetivado por redes de circulação e comunicação, o meio ambiente, as práticas identitárias, entre outras (SAQUET, 2011). No dizer de Elden (2019, p. 6, tradução nossa), o território “[...] é mutável, transformado, contestado e recriado através de ações do Estado ou de outros grupos”. De tal modo, os territórios são produzidos no bojo da diversidade das relações sociais, considerando não apenas o protagonismo do Estado-Nação (espaços de governança) como também o de outros atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993) como as empresas e os movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2008). Além disso, eles não se limitam à base física, sendo também dotados de dimensões imateriais (FELÍCIO, 2010; VINHA, 2012).

Sobre as territorialidades, entendemos que elas não se limitam às concepções humana ou animal, mas como parte das tecnologias políticas que constituem os territórios, a exemplo da medição da terra, do controle do terreno e das estratégias econômicas (ELDEN,

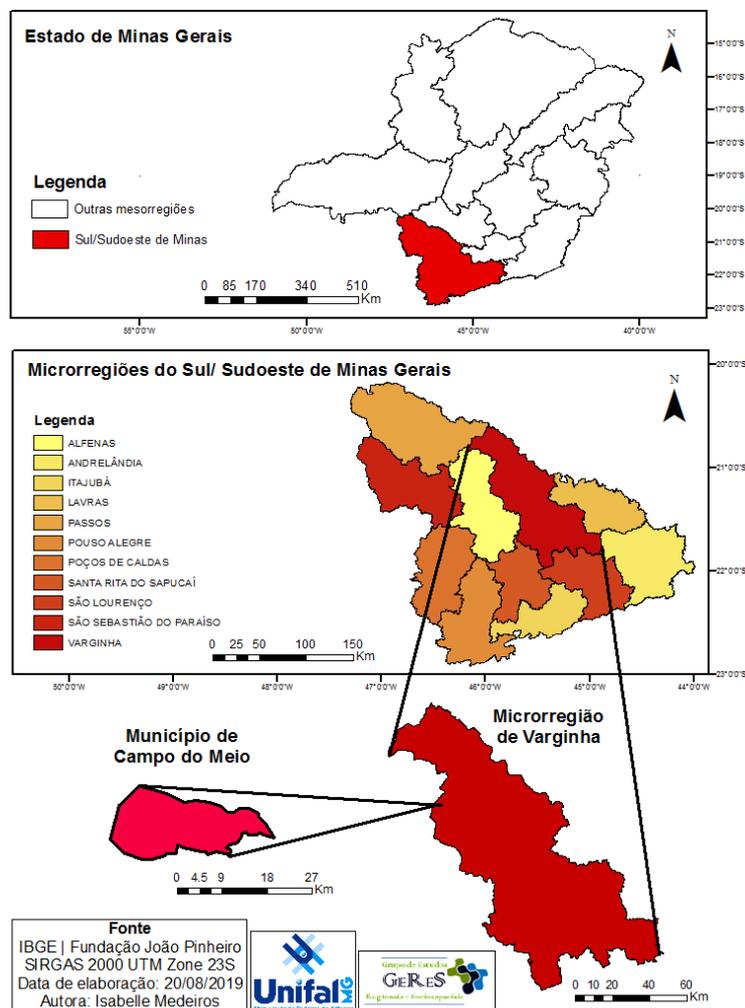
2010). Com isso, como já destacado, consideramos que as territorialidades vão além do processo de construção dos territórios, estando também relacionadas ao seu uso, manutenção e controle (ELDEN, 2019; SASSEN, 2006). De acordo com Saquet (2011, p. 10), enquanto construções sociais, as territorialidades expressam

[...] processualidades histórica e relacional, ao mesmo tempo, na formação de cada território e no movimento mais amplo de desterritorialização e reterritorialização, subsidiando de maneira consistente e sistemática a discussão e construção de planos e projetos de desenvolvimento territorial.

Em tais circunstâncias, as territorialidades estão vinculadas tanto ao processo de construção dos territórios como também às conflitualidades entre os diferentes modelos de desenvolvimento que visam disputar a orientação do seu uso. Como a Agroecologia é um rompimento ontológico com o modelo de alimentação implementado pelo agronegócio, a sua reprodução por acampados e assentados pode ser lida como a produção de uma territorialidade diferente daquela que tem sido produzida de modo hegemônico por meio de premissas como a padronização da paisagem, o uso intensivo de agrotóxicos e de maquinários etc.

Campo do Meio no bojo da questão agrária no Sul/Sudoeste de Minas Gerais

Campo do Meio é um dos 16 municípios da Microrregião de Varginha, que faz parte da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Figura 01). Para caracterizar o contexto do agronegócio na região discutimos brevemente os dois principais produtos/as duas principais cadeias, a do café e a da cana-de-açúcar.

Figura 01: Localização da Mesorregião do Sul de Minas Gerais e o Município de Campo do Meio em sua base Microrregional

Fonte: IBGE, Fundação João Pinheiro, 2019
Autora: Isabelle Medeiros, 2019.

O Sul/Sudoeste de Minas Gerais faz fronteira ao sul com o estado de São Paulo. Logo, a questão agrária dessa mesorregião é influenciada pela centralidade da rede de produção e distribuição do eixo São Paulo x Rio de Janeiro (FREDERICO, 2009), fato que contribui com a consolidação da hegemonia do agronegócio no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, especialmente no setor cafeeiro. Em média, segundo os dados mais recentes, são produzidas no Brasil 24.041 sacas de café/ano, sendo que dentre essas, 13.219, aproximadamente 55%, têm origem no Sul/Sudoeste de Minas (CONAB, 2017). Isso faz com que essa região se qualifique como a principal produtora de café do tipo arábica no Brasil (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). Ao mesmo tempo em que o

agronegócio gera a integração de unidades de produção camponesas por meio da produção do café – dentre outros, devido à dificuldade de implantação da mecanização em virtude do relevo acidentado; se destaca ainda a participação de corporações que direta ou indiretamente direcionam essa *commoditie* para o mercado externo. Exemplificam isso a *China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation* (COFCO), que atua como atravessadora; e a Ipanema Coffees – uma das principais produtoras e exportadoras de cafés especiais no mundo, possuindo como sócias as empresas Tchibo (Alemanha) e a Mitsubishi (Japão).

Ainda no que se refere ao agronegócio no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, se distingue o capital sucroalcooleiro, representado por quatro usinas de processamento/beneficiamento de cana-de-açúcar: Monte Alegre, em Monte Belo; Alvorada do Bebedouro, em Guaranésia; CEPAR, em São Sebastião do Paraíso e Açucareira Passos, em Passos. Ressalta-se que a transição da década de 1990 para a de 2000 apresentou uma nova tendência ao agronegócio sucroalcooleiro no Brasil, de modo que se deu a internacionalização da indústria de etanol por meio de diversas matizes (aquisições; fusões e processos mais complexos, como *joint-ventures* alianças e acordos estratégicos formais na área da produção; do comércio e da transferência de tecnologia) (BENETTI, 2009). Assim, no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, em 2006, a usina Monte Alegre deixou de ser propriedade familiar com a venda para a empresa de capital internacional Adecoagro, que possui capital aberto na Bolsa de Nova Iorque. Do mesmo modo, em 2007, a usina CEPAR, localizada em São Sebastião do Paraíso, foi comprada pela empresa multinacional Infinity Bio-Energy. Esses exemplos são importantes para efeito desse trabalho na medida em que, como será destacado adiante, os acampamentos e assentamentos de Campo do Meio tiveram origem na disputa entre o MST e empresas vinculadas à Usina Ariadnópolis, que não passou pelo processo de internacionalização², sendo esse um dos motivos para sua estagnação econômica.

É importante ressaltar que no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, o capitalismo agrário, além de se apresentar por meio de uma “máscara” moderna do agronegócio, também se reproduz através de relações de trabalho arcaicas. Na “Lista suja do trabalho escravo”, divulgada pelo Ministério da Economia em 2019, Minas Gerais aparece como a unidade federativa com maior número de casos de escravidão, com destaque para o

Sul/Sudoeste, onde foram encontrados escravos e escravas em 18 unidades de produção de 17 municípios (BRASIL DE FATO, 2019a).

Ao mesmo tempo, como parte da contradição do desenvolvimento do capitalismo no campo, o campesinato tem criado ações de resistência no Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Entre 1996 e 2017 ocorreram 19 ocupações de terra nessa mesorregião, com a participação de 2.279 famílias (REDE DATALUTA, 2018). Dentre essas, 12, ou seja, a maior parte, ocorreu em Campo do Meio, constando também 2 em Campos Gerais, 4 em Guapé e 1 em Campanha. Campo do Meio também concentrou a maior parte das manifestações, 7 de uma total de 13, sendo seguido por 3 em Varginha, 2 em Caldas e 1 em Alfenas (REDE DATALUTA, 2018).

Campo do Meio se destaca na produção de ações de resistência por parte do campesinato – especialmente aquele ligado ao MST – em razão da reivindicação das terras da Usina Ariadnópolis Açúcar e Álcool S. A. para fins de reforma agrária. O processo de luta teve início em 1996, quando esse empreendimento agroindustrial faliu, deixando inúmeras dívidas trabalhistas atreladas diretamente a ele ou a pessoas jurídicas relacionadas como a Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA) e a Transmarreco (COCA *et al.*, 2018). Como resultados das ocupações de terra e manifestações efetivadas desde então, foram implementados 2 assentamentos rurais em Campo do Meio: o Primeiro do Sul, criado em 1997, com capacidade para 42 famílias e o Nova Conquista, criado em 2012, com capacidade para 12 famílias. O Sul/Sudoeste de Minas Gerais possui ainda outro assentamento rural no município de Guapé, o Santo Dias, criado em 2006, com capacidade para 40 famílias (REDE DATALUTA, 2018).

Em Campo do Meio, constam ainda 11 acampamentos que foram formados nas terras da falida Usina Ariadinópolis, sendo eles: Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Tiradentes, Girassol, Fome Zero, Chico Mendes, Betinho, Irmã Dorothy, Vitória da Conquista, Potreiro e Resistência. Juntos, esses acampamentos são denominados como Quilombo Campo Grande – uma alusão a um quilombo que ocupava parte das terras da região no século XIX se configurando como um dos maiores da história do Brasil – e compõem um dos principais pontos de tensão resultante da Questão Agrária em Minas Gerais.

Em novembro de 2018, por exemplo, os representantes da massa falida da Usina Ariadinópolis entraram com um processo de reintegração de posse das terras que formam o Quilombo Campo Grande. O julgamento em primeira instância fora favorável à reintegração das terras em caráter emergencial, contudo os advogados de defesa conseguiram levar a causa à segunda instância, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG). O parecer do TJ-MG negou o pedido de reintegração de posse, garantindo a permanência dos acampados. Apesar do processo ter terminado com um parecer favorável aos moradores do Quilombo Campo Grande, ficou clara sua relação com a lógica de judicialização da reforma agrária (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Assim, com base nessa breve explanação sobre alguns dos principais componentes da Questão Agrária na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais percebe-se que existe uma intensa disputa por terras entre o campesinato e o agronegócio. Apesar de o agronegócio avançar de modo rápido e intenso, usando até mesmo táticas arcaicas como a escravidão, o campesinato tem criado ações de resistência que possibilitam o acesso e/ou permanência na terra. Reconhecendo isso, demonstramos na sequência como a produção sob bases agroecológicas nos acampamentos e assentamentos de Campo do Meio representa uma estratégia de uso e consolidação dos territórios relacionados ao campesinato.

Territorialidades camponesas e experiências agroecológicas em Campo do Meio

Pelo que foi destacado até aqui, percebe-se que no Sul/Sudoeste de Minas Gerais existe uma intensa conflitualidade entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato. Apesar da rápida expansão territorial do agronegócio, até mesmo por meio do controle indireto de unidades de produção camponesas – a exemplo do que ocorre na cadeia do café – o campesinato tem buscado a manutenção do seu modo de vida e trabalho por meio da luta pela e na terra. Nesse sentido, as territorialidades agroecológicas se qualificam como componentes do modelo de desenvolvimento territorial efetivado pelo campesinato.

Nos acampamentos e assentamentos com presença do MST em Campo do Meio, a Agroecologia se destaca como a principal referência na busca pela superação do modelo

capitalista de produção baseado no binômio latifúndio/agronegócio. Isso vem ao encontro da crescente compreensão que tem crescido no interior desse movimento socioterritorial de que a luta pela reforma agrária não deve findar com a conquista da terra, mas ter continuidade com a criação de estratégias de fomento da oferta de produtos frescos, nutritivos e saudáveis para a população, especialmente os que vivem nos centros urbanos, pois compõem o maior mercado consumidor. Ou seja, a territorialidade vai além da ação de conquista da terra, sendo expressa também no jeito de produzir e de viver dos camponeses. Tal leitura é evidenciada, por exemplo, na recente entrevista concedida pela liderança do MST, Kelli Mafort, ao repórter Pedro Biondi, do Jornal Brasil de Fato (2019b, não paginado):

Agroecologia depende de uma base territorial. Não se consegue fazer agroecologia em vaso de apartamento. Então, pensar em agroecologia e pensar em conservação ambiental é pensar em questão agrária, em como é que a gente consegue fazer um processo de distribuição de terra massiva no nosso país. Porque nós não estamos pensando em alimentar a classe média, que pode comprar alimentos orgânicos [agroecológicos]. Quem tem direito à alimentação saudável é o povo brasileiro como um todo.

Assim, a Agroecologia emerge como um componente que visa ressignificar a dinâmica territorial da reforma agrária no contexto brasileiro. Isso porque, ela expressa que além de ser resultado de uma política de compensação social, a conquista dos territórios dos assentamentos rurais garante ao campesinato se fortalecer como responsável pela oferta de alimentos frescos e saudáveis para a população como um todo. Ou seja, a Agroecologia pode ser lida como uma expressão da territorialidade do campesinato, na medida em que possibilita a ação que justifica a demanda pela terra, a exemplo do que ocorre nos acampamentos ou então, o uso dos territórios já conquistados, como no caso dos assentamentos.

A produção de territorialidades por meio da prática da Agroecologia nos acampamentos e assentamentos rurais de Campo do Meio pode ser percebida, por exemplo, no depoimento de uma das lideranças regionais do MST:

[...] onde era só assa-peixe e alecrim, hoje está com uma superprodução de café, e uma variedade de outros tipos de produção de alimentos, de frutas. Nós chegamos lá [assentamento 1º do Sul] e hoje é 180, 200 pessoas; se não tivessem assentados, estavam tudo nas periferias atrás de emprego, muitos até já tinham morrido por causa do conflito. E hoje aqui

[Quilombo Campo Grande] nós somos quase 600 famílias. (S. M. M. – Liderança do MST – 06/2019).

Assim, verifica-se que a construção, uso e defesa dos territórios dos acampamentos e assentamentos tem na Agroecologia uma expressão do modo de vida e produção dos camponeses no contexto das disputas pelo modelo de desenvolvimento contra o agronegócio canavieiro e cafeeiro. Além de se desenvolver na escala das unidades de produção, por meio de práticas familiares, o MST também tem criado ações coletivas em Campo do Meio visando dar maior amplitude às experiências agroecológicas. Retomando a discussão sobre o território apresentada anteriormente, isso denota que além dos sujeitos individuais, os diversos coletivos (associações, cooperativas, grupos de trabalho e outros), também são atores sintagmáticos.

Um exemplo é o viveiro coletivo que foi construído no conjunto de acampamentos Quilombo Campo Grande (Figura 02), onde constam ações como mutirões de trabalho realizados pelos camponeses acampados e assentados e projetos de extensão desenvolvidos por universidades do Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Isso possibilita a produção de sementes utilizadas pelos próprios camponeses acampados e assentados em Campo do Meio em seus lotes, assim como por camponeses e instituições de outras regiões de Minas Gerais, a exemplo de ações de reflorestamento em áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana, em 2015.

Figura 02: Viveiro coletivo do Quilombo Campo Grande



Acervo: Isabelle Medeiros – 2019.

Outra ação coletiva desenvolvida pelo MST em Campo do Meio visando fomentar a produção agroecológica é a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA0, que foi criada no ano de 2012 a fim de contribuir com a organização produtiva e comercial dos acampados e assentados. De acordo com a *webpage* da CAMPONESA (2019), atualmente, seus membros possuem cerca de 200 ha de área plantada com cafés agroecológicos, sendo que grande parte está em transição para a certificação orgânica. Isso faz com que o café seja a principal atividade produtiva dos acampados e assentados. Tal fato é evidenciado na Figura 03, onde pode-se perceber que em lotes do Quilombo Campo Grande, como expressão da territorialidade camponesa, as partes voltadas ao Lago de Furnas (frente) são utilizadas para a policultura, ao passo que em grande parte dos fundos constam pequenas lavouras de café.

Figura 03: Organização territorial de lotes do Quilombo Campo Grande



Acervo: Empresa GeoAtiva – 2018.

Apesar de considerarem a produção agroecológica como algo que vai além dos aspectos práticos e formais, os membros da CAMPONESA também entendem que o reconhecimento legal da qualidade dos seus produtos contribui com o acesso aos mercados. Assim, eles têm adotado o mecanismo de certificação orgânica de caráter cooperativo, através da criação de um Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade (OPAC), legalmente constituído e credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A certificação orgânica é mais significativa na produção do café pelos acampados e assentados. Os cafés da CAMPONESA são comercializados por meio do selo Guaií, que é uma referência à palavra de origem guarani Guay ou Guai, que significa “semente boa”, podendo ser encontrados em diversas partes do Brasil, a exemplo dos armazéns mantidos pelo MST em capitais como São Paulo e Belo Horizonte.

Além da contribuição para a implementação de ações produtivas agroecológicas em larga escala, os cafés da CAMPONESA também possuem um valor simbólico para a luta pela e na terra no Sul/Sudoeste de Minas Gerais. O motivo é que parte dos acampamentos e assentamentos de Campo do Meio são circundados pela Fazenda Campo Verde (Figura 04), de propriedade de João Faria da Silva, residente em Campinas e conhecido como o maior produtor individual de café do mundo (MST, 2018).

Figura 04: Divisa entre o Acampamento Quilombo Campo Grande e a Fazenda Campo Verde



Autoria: Empresa GeoAtiva – 2018.

Também ressalta o caráter contra-hegemônico da produção de café agroecológico pela CAMPONESA a leitura que essa instituição faz das relações de gênero no campo, visando superar o patriarcado que caracteriza o meio rural brasileiro. Desde meados da segunda década do século XXI, a cooperativa possui dois coletivos de mulheres: o Raízes da Terra (Campo do Meio) e o Olho D’ Água (Guapé). Uma das principais atividades realizadas pelo Raízes da Terra é o cultivo de ervas medicinais em um lote próximo ao

viveiro coletivo do Quilombo Grande. Esse é mais um exemplo de que a territorialidade agroecológica produzida pelos camponeses difere da que é gerada pelo agronegócio, pois visa ir além das desigualdades de diversos tipos (gênero, raça, geracional e outros).

Assim, fatores como a produção de alimentos sob bases agroecológicas, a relação direta com a reforma agrária e a busca pela igualdade de gênero são elementos que indicam o caráter contra-hegemônico da CAMPONESA. Ele é um exemplo de como o campesinato se reproduz por meio de territorialidades agroecológicas nos acampamentos e assentamentos de Campo do Meio.

Considerações finais

No contexto de disputas entre o campesinato e o agronegócio pela orientação do modelo de desenvolvimento para o campo, a abordagem geográfica sobre os territórios emerge como uma importante lente teórica. Nesse texto, tomando por base ações do MST em Campo do Meio, demonstrou-se como a Agroecologia se qualifica como uma expressão das territorialidades camponesas, na medida em que significa ações de produção, controle e uso dos territórios.

As lutas pela reforma agrária em Campo do Meio envolvem tanto acampamentos como assentamentos rurais. Nos primeiros, a Agroecologia aparece como uma referência que visa justificar a destinação das terras ocupadas pelo campesinato para fins de reforma agrária. Nos segundos, ela expressa a luta na terra, ou seja, são estratégias do campesinato para resistir às ofensivas do agronegócio contra o território por eles conquistados.

Notas

¹ O sistema de pastoreio *voisin* trabalha de modo integrado o gado, a pastagem e o solo. Por isso, tem sido tomado como referência para a implementação de modelos sustentáveis de manejo de pastagens.

² A Usina Ariadnópolis entrou em falência em meados da década de 1990, anteriormente ao crescente processo de internacionalização de empresas do setor deflagrado desde a primeira década do século XXI.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Maria Domingues. A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 1–12, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 50–62, 2007.

BRASIL DE FATO. “**Lista Suja**” aumenta e já são **187 empresas autuadas por trabalho escravo**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/10/lista-suja-aumenta-e-ja-sao-187-empresas-autuadas-por-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 28 ago. 2019a.

BRASIL DE FATO. “**Não se faz Agroecologia em vaso de apartamento**”, diz Kelli Mafort, do MST. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/06/24/nao-se-faz-agroecologia-em-vaso-de-apartamento-diz-kelli-mafort-do-mst/>>. Acesso em: 2 set. 2019b.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas *et al.* A luta pela/na terra em tempos de instabilidade institucional: o acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio - MG. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, n. 31, p. 2–9, 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **A Cultura do Café: análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos-safra 2008 a 2017**. Brasília: 2017.

COOPERATIVA DOS CAMPONESES SUL MINEIROS (CAMPONESA). **Sobre nossos Cafés**. Disponível em: <<http://www.guaini.com.br/produtos/cafe/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ELDEN, Stuart. Land, terrain, territory. **Progress in Human Geography**, Manchester, v. 34, n. 6, p. 799–817, 2010.

ELDEN, Stuart. Territory/Territoriality. In: ORUM, ANTHONY (Org.). **The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies**. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd. Published, 2019. p. 1–11.

FELÍCIO, Munir Jorge. O território imaterial do campesinato. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 9, p. 18-32, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 6, p. 24–34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, MARCOS AURELIO; SPÓSITO, ELISEU SAVÉRIO (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. .

FREDERICO, Samuel. Formação territorial de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **A produção de café de Minas Gerais: desafios para a industrialização.** . Belo Horizonte, 2018.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 45, n. 3, p. 545–564, 2018..

LA VIA CAMPESINA. **American Continental Encounter of Agroecology Trainers in La Via Campesina.** Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/final-declaration-of-the-2nd-continental-encounter-of-agroecology-trainers-in-la-via-campesina/>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

McMICHAEL, Philip. A comment on Henry Bernstein’s way with peasants, and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2014.

MORGAN, David. Living within blurry boundaries: The value of distinguishing between Qualitative and Quantitative Research. **Journal of Mixed Methods Research**, Michigan v. 12, n. 3, p. 93–135, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Despejo de assentamento do MST em Minas Gerais pode interromper duas décadas de produção agroecológica.** 2018. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/11/16/despejo-de-assentamento-do-mst-em-minas-gerais-pode-interromper-duas-decadas-de-producao-agroecologica.html>. Acesso em 24 de set. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2017.** Presidente Prudente, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 19, n. 21, p. 5–15, 2011.

SASSEN, Saskia. **Territory-Authority-Rights. From Medieval to Global Assemblages.** Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2006.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios**

paradigmáticos da Geografia Agrária brasileira: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

WEZEL, A et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agron. Sustain. Dev.*, Paris, v. 29, p. 503–515, 2009.

| |
|--|
| Recebido em 24/09/2019. Aceito para publicação em 20/03/2020. |
|--|